



IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE
III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia
26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR

(IN) DISCIPLINA E VIOLÊNCIA NA ESCOLA E SUAS RELAÇÕES COM O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

WERLANG, Adriana da Cunha– UNIOESTE¹
adrianacwerlang@yahoo.com.br

COUTINHO SCHERER, Michely Fernanda Azeredo– UNIOESTE
michelyfacoutinho@hotmail.com

SCHILKE, Sabrina Passig – UNIOESTE
sabrina_schilke@yahoo.com.br

Área Temática: Violência na Escola
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este trabalho é a sistematização dos estudos realizados para o desenvolvimento do projeto “O Estatuto da Criança e do Adolescente na Escola”, elaborado e organizado pela equipe pedagógica do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDIJ), que faz parte do Subprograma: “Incubadora dos Direitos Sociais, Programa “Universidade Sem Fronteiras” da Secretaria do Estado da Ciência e da Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR). Este núcleo presta serviços advocatícios gratuitamente, voltados aos direitos da Infância e da Juventude, contando com dois profissionais recém formados em Direito e quatro estagiários do referido curso, os quais defendem os direitos voltados exclusivamente à infância e juventude quanto a alimentação, moradia, segurança, educação, saúde, enfim todos os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Conta também com três profissionais de Pedagogia, que são as autoras deste trabalho, e a estas profissionais cabe desenvolver estudos, pesquisas de caso e atividades de divulgação do ECA nas escolas municipais de Marechal Cândido Rondon. Nos estudos, análises e pesquisas que estão sendo realizadas juntamente com professores e alunos das séries iniciais da rede municipal de ensino, foram constatados que os maiores problemas enfrentados na escola são: falta de disciplina, falta de desinteresse e violência escolar. Assuntos estes que estaremos abordando no decorrer deste trabalho, bem como os objetivos, a metodologia utilizada e os recursos que estão sendo utilizados para o desenvolvimento do referido projeto, e ainda, as análises das entrevistas já realizadas. Para a fundamentação teórica foram utilizados, além do ECA, textos e artigos sobre indisciplina e desinteresse escolar de autores como Ferreira e Aquino, a relação e concepção de família e Escola segundo as concepções psicológicas de Bock e outros referenciais relacionados ao assunto em questão.

¹ Professora Colaboradora da Área de Fundamentos da Educação da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon. Integrante da Linha de Pesquisa “Formação de Professores” - GEPEFE

Palavras-chave: ECA; Violência. Indisciplina Escolar.

Introdução

Muitos profissionais, principalmente da Educação, partem do pressuposto que, desde o início de sua vigência, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, contempla exclusivamente os direitos da criança e do adolescente, o que de certa maneira “[...] teria contribuído para o aumento dos atos de indisciplina ocorridos na escola” (FERREIRA, 2001, p. 1). Porém, percebe-se que a *má* interpretação do Estatuto levou a esse tipo de pensamento, fato que nos motivou a estudá-lo, defendê-lo, esclarecê-lo e principalmente divulgá-lo para a comunidade escolar.

A sociedade vê a escola como a principal responsável pela educação formal e informal da criança e, por isso, é extremamente importante alertar e esclarecer aos professores e alunos sobre os direitos e os deveres da criança, do adolescente, dos pais, da escola, da comunidade e do Estado, mencionados no Estatuto. O desenvolvimento desse projeto nas escolas tem o objetivo de abordar, tanto os direitos e deveres contidos no ECA, quanto assuntos relacionados à violência, indisciplina e o desinteresse escolar, os quais foram detectados nas entrevistas realizadas.

Para compreender os fatores que levam a esses problemas dentro da escola, é preciso entender os fatores internos e externos do ambiente escolar que contribuíram para essa situação. Os internos caracterizam-se pela prática pedagógica, relação professor/aluno e o contexto social que a escola está inserida, os externos estão relacionados à violência, à influência da mídia e do ambiente familiar, cultural e social em que o aluno está inserido.

Como a família é a primeira instituição social em que o indivíduo está inserido e é responsável pela formação moral, é preciso fazer um breve comentário sobre o papel dela na formação moral do indivíduo. Bock menciona que até pouco tempo atrás o modelo *ideal* de família era constituído por pai, mãe e prole. Hoje, existem inúmeros tipos de estrutura familiar: a de pais separados que unem os filhos dos casamentos anteriores, a família comandada pela mulher, a homossexual, enfim, uma infinidade de composições familiares com especificidades culturais e padrões de relacionamento diferenciados. Com ela a criança recebe os primeiros aprendizados dos hábitos e costumes da cultura e é nela que o exercício dos direitos da criança e do adolescente começa a ser concretizados, pois, conforme artigo 4º

do ECA também é dever da família garantir a efetivação dos direitos da criança referentes à vida, à saúde e à educação. Quanto a Educação, os direitos contido no ECA são:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III** - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV** - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V** - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (grifo nosso);
- II** - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV** - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII** - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A efetivação desses direitos foi concretizada muito antes da aprovação do Estatuto, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, em que 26 educadores integrantes desse Manifesto elaboraram e assinaram o documento que defendia a educação como uma função essencialmente pública, única e comum, sem privilégios econômicos e todos os educadores devem ter formação universitária, quanto o ensino deve ser laico, gratuito e obrigatório.

De acordo com Bock “[...] a escola não existiu sempre: ela é uma criação social do homem” (2005, p.261), assim sendo, a Educação já passou por inúmeras transformações, sempre de acordo com os interesses sociais e as necessidades estabelecidas pelas classes dominantes.

Na sociedade primitiva não havia instituições educacionais, entretanto o processo educativo se dava a partir das transmissões de conhecimentos entre os membros do grupo de forma integral, onde as crianças acompanhavam os adultos na plantação, na caça, ouviam histórias, interiorizavam valores morais e comportamentos socialmente aceitáveis para a vida adulta, ou seja, o meio social era o contexto educativo – “Aprendia-se fazendo” (BOCK, p.

261). Como não existia divisão de classes os objetivos da educação eram resultados das relações sociais estabelecidas de acordo com os interesses do grupo de forma igualitária para todos os membros. Este modelo de sociedade foi superado com o surgimento da divisão de classes, havendo a substituição da propriedade comum pela propriedade privada. Conseqüentemente, o processo educativo também teve alterações. Com o desaparecimento dos interesses comuns de um grupo e sua substituição por interesses diversificados, a educação que até então era única sofreu algumas alterações devido à desigualdade econômica, surgindo, conseqüentemente, a desigualdade educacional.

Na Idade Média, a Educação já pertencia a uma instituição, onde espaços foram destinados ao ensino e pessoas se especializaram na arte de ensinar. Nessa época poucos podiam ir à escola, ou seja, a escola era em primeiro momento exclusivamente para os filhos da elite e, mais tarde, também para a burguesia, onde conteúdos básicos a serem ensinados eram conceitos de aristocracia e conhecimentos religiosos.

A partir do século XIX, com a Revolução Industrial, a escola e a sociedade passaram por grandes transformações. A maior delas para a Educação, foi o local de trabalho, que passa da casa para a fábrica, obrigando os trabalhadores a se deslocarem de suas residências para os locais de trabalho e, nesse contexto, a família não podia mais ser a única responsável pela educação dos filhos, caberia a uma instituição especializada educar e preparar os filhos dos operários para o convívio em sociedade e para o trabalho, cujas normas, leis e rotinas iam além dos conhecimentos adquiridos pela família, a escola então, se tornara uma instituição pública, gratuita e laica.

A procura por uma instituição especializada e gratuita que cuidasse os filhos dos operários, principalmente entre 0 a 6 anos, aumentou a partir da década de 1970, com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que a escola assumisse o papel não só de repassar conteúdos científicos, mas também de cuidar da criança, da sua higiene, saúde, socialização e habitua-la para a rotina diária e para a disciplina. Portanto, a escola tinha uma função voltada especificamente ao assistencialismo.

De acordo com Bock a escola é o mais importante instrumento responsável em fazer a mediação entre o individuo e a sociedade, pois nela são transmitidos culturas e modelos de comportamento e moralidade fundamentais para a humanização do individuo, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e fazendo-o pertencer a algum grupo social. Ainda de acordo com essa autora, a escola não é uma instituição isolada destinada à proteção da criança

contra os males sociais e outros advindos da má atuação governamental, mas funda-se numa *clausura* ilusória, já que, pensa-se haver um distanciamento entre escola e sociedade e ser possível preparar o indivíduo para viver em sociedade deixando-o de fora deste cotidiano, ensinando ao aluno conceitos dispersos da realidade social enfatizando deveres, autoritarismo e igualdade, porém, a realidade social invade as salas de aula através dos livros, valores, da mídia², atitudes e comportamentos.

É preciso, de acordo com Bock (2005, p.265) “articular a vida escolar com a vida cotidiana; articular o conhecimento escolar com os conhecimentos do dia-a-dia da sociedade”. Quando isso não acontece, há um distanciamento, podendo acarretar problemas de indisciplina e desinteresse escolar, causando o que Aquino chama de “falha escolar”.

A “falha escolar” no ensino está se tornando uma questão polêmica, pois a criança é praticamente obrigada a freqüentar a escola, onde, na maioria das vezes, aprende conteúdos fora da sua realidade, tornando assim o ensino insatisfatório. A escola então, acaba preparando indivíduos alienados, que não conseguem relacionar o saber científico com a prática diária. Sendo assim, o indivíduo que não teve um ensino que oportunizasse a construção do conhecimento, além de ter dificuldades em compreender os conteúdos, não terá subsídios para reivindicar seus direitos e deveres estabelecidos por lei.

Um das conseqüências da má escolarização é a exclusão dos indivíduos na sociedade, herança do Período Medieval, passando pelas escolas militares ou religiosas que atendiam uma pequena parcela da população. Quanto ao fracasso escolar, têm-se muitas justificativas, uma delas alegadas por educadores, é o “aluno-problema”. Este aluno, em geral, sofre de “distúrbios psico/pedagógicos”, que podem ser de natureza cognitiva ou comportamental, gerando a indisciplina e baixo aproveitamento escolar.

Segundo Aquino, muitas vezes as dificuldades de aprendizado são rotuladas como algum tipo de distúrbio, atribuindo o fracasso escolar ao indivíduo, taxando-o de *aluno – problema, indisciplinado* ou *desinteressado*. Nesses casos, o ato profissional é omitido, porém

² Hoje, além da família e da escola, a mídia também possui uma função sócio educativa das novas gerações, pois crianças e adolescentes estão cada vez mais expostos a esse tipo de influência. Percebe-se isso nas mudanças de valores e atitudes que podem afetar tanto o desenvolvimento psicológico, quanto influenciar de forma positiva ou negativa nos sonhos, informações e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois, de acordo com Vygotsky, mencionado no texto de Andrade, as características humanas de cada indivíduo são resultados das relações sociais estabelecidas desde o dia do seu nascimento, e a mídia, mais exclusivamente a TV, esta presente na rotina da criança servindo como babá-eletrônica ou convidada assídua das refeições e reuniões de amigo, sempre ligada, servindo para o silêncio familiar.

quando o aluno tem um bom desempenho educacional vislumbra-se o trabalho do professor, atribuindo o sucesso do aluno a este profissional.

É antiético falar que aluno-problema é um obstáculo, pois, conforme Aquino não se deve conferir à clientela escolar a responsabilidade pelos problemas e imprevistos do trabalho pedagógico. Mas sim, aproveitar esse aluno como experiência para o crescimento profissional, contornando com mais facilidade os casos mais difíceis. Para isso, deve-se observar cada atitude e notar situações que podem vir a auxiliar, caso contrário, somente dificultará o trabalho pedagógico gerando mais fracasso escolar. É dever de todos, principalmente dos profissionais da educação oferecer uma escola de qualidade, independentemente do perfil de aluno que se tem, indisciplinado ou não, com ou sem recursos, lembrando que não se pode excluir o aluno e sim incluí-lo principalmente na área social entrelaçado com uma educação de valores.

Para o autor um dos valores a ser trabalhado na escola é o respeito, tanto professor/aluno quanto aluno/professor, a ser conquistado, por medo ou admiração. Até pouco tempo, o respeito do aluno era inspirado nos moldes militares onde prevalecia a submissão e obediência a um "superior". Hoje, o respeito ao professor não advém do medo e da punição, mas sim da autoridade. Porém, a punição, a represália, a obediência e o medo ainda parecem habitar silenciosamente nas salas de aula, só que agora, por meio da avaliação.

Há profissionais da educação que ainda seguem ideologias pedagógicas tendo a imagem do professor como detentor do saber absoluto, não admitindo que o aluno questione, participe ou se contraponha. Para esses profissionais, o bom aluno é aquele que se mantém em silêncio, inerte e submisso. Mas, será este um bom aluno?

Outro perfil encontrado na escola é o aluno sem limites, que não reconhece autoridade e não sabe respeitar regras, assim, a responsabilidade recai sobre os pais, por se tornarem permissivos demais. Para Aquino, a falta de limites das crianças pode ocasionar o trabalho pedagógico desqualificando por parte do trabalho do professor, pois o objetivo desse profissional é exclusivamente contribuir para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, mas o trabalho dele deixa de ser realizado, pois acaba tendo que abandonar seu posto para cumprir papéis que não caberiam a ele.

O aluno possui certa clareza quanto às regras e limites estipulados pelo docente, se ele sabe distinguir quando o professor está exercendo suas funções e cumprindo seu papel, ele também saberá reconhecer e respeitar as regras estipuladas quando bem explicadas, como

também, saberá reconhecer quando o professor abandona seu posto. A indisciplina é a resposta mais comum desse abandono, ou à habilidade do docente em sala de aula, pois é a partir da prática pedagógica evidenciada que o aluno terá clareza do seu papel e a do professor.

Outra causa da indisciplina constatada nas pesquisas realizadas pelas autoras deste trabalho é o desinteresse por parte dos alunos. Para alguns professores, a sala de aula não é tão atrativa quanto à mídia e o apelo da televisão, e, para eles, essa é a explicação para a falta de interesse e a apatia em relação à escola. A solução proposta pelos mesmos, seria a modernização da escola com o uso de recursos didáticos mais atraentes e assuntos atualizados. Porém, a escola não tem como “competir” com a mídia, pois a primeira tem como objetivo principal à apropriação do conhecimento acumulado em certos campos do saber sistematizado e é um lugar de trabalho árduo e complexo, mas nem por isso menos prazeroso, enquanto a segunda tem a função de difusão da informação, entretenimento e o lazer.

Partindo desses pressupostos pode-se dizer que a disciplina surge a partir do convívio em sala de aula no decorrer do processo pedagógico, pois ali se encontram diferentes formas de pensar e agir, por sua vez, o professor deve compreender e estar preparado para lidar com essas diferenças. O aluno indisciplinado pode apresentar momentos de calma e tranqüilidade, como também apresentar personalidades variadas conforme o ambiente e as circunstâncias impostas a ele ou dependendo do entendimento do professor.

Para Aquino perde-se muito tempo ensinando o aluno a ser “perfeito” e disciplinado, e este, ao praticar qualquer ato que seja considerado fora dos padrões de disciplina, será repreendido ou punido. Cito aqui o exemplo do personagem Ludovic, do filme “Minha Vida em Cor de Rosa”, o qual é punido pela sociedade e pela escola por apresentar características homossexuais e fora dos padrões aceitáveis, sendo taxado como uma anomalia por não seguir comportamentos estabelecidos culturalmente e socialmente como corretos.

Outros fatores relevantes são as inúmeras atrocidades contra a criança, muitas delas ocorridas no Brasil e divulgadas pela mídia, muitos casos de crianças e adolescentes praticando crimes, seja para sobrevivência, consumo de drogas ou aceitação social, conseqüentemente apreendidos por forças policiais vistos como bandidos da pior espécie e “sem solução”, muitos ainda sofrendo todo tipo de violência dentro do âmbito familiar. Diante disso, esse projeto justifica-se pela urgente necessidade de divulgar os direitos e deveres

contidos no ECA, para alunos do ensino fundamental do município de Marechal Cândido Rondon, para que, os mesmos tenham conhecimento dos seus direitos, e, principalmente, dos seus deveres como cidadãos, filhos e estudantes, pois, a função primordial do Estatuto é a proteção integral da criança e do adolescente, de maneira que todo cidadão nascido neste país possa ter assegurado seu pleno desenvolvimento.

Vale ainda ressaltar neste trabalho os objetivos, a metodologia, os recursos e a avaliação a serem utilizadas para o desenvolvimento deste projeto. Dentre os objetivos gerais estão: estudar, divulgar e esclarecer os direitos e deveres da criança e do adolescente através de atividades lúdicas e palestras ministradas pela equipe do NEDIJ nas escolas de ensino fundamental das séries iniciais da rede pública de ensino do município de Marechal Cândido Rondon. Já os objetivos específicos são:

- Estudar conceito de família, escola e sociedade e a relação entre estas;
- Estudar conceitos de disciplina/indisciplina escolar hoje e violência;
- Estudar a contextualização histórica da formulação do ECA;
- Estudar o ECA;
- Divulgar o NEDIJ;
- Pesquisar o contexto histórico, social, educacional e cultural dos alunos das escolas que serão visitas;
- Esclarecer os direitos e deveres da criança e do adolescente;
- Divulgar o ECA para as crianças das escolas municipais;
- Explicar de forma lúdica através de slides e vídeo o Estatuto (anexo 1);
- Elaborar e publicar artigo final com todos os resultados obtidos.
- Estudar a indisciplina escolar e ato infracional;
- Estudar os tipos de violência práticas contra a criança;

A metodologia a ser utilizada consiste em:

- Levantamento de dados sobre a clientela que será atendida;
- Encontro com os professores da escola;
- Confecção de jogos pedagógicos relacionados ao tema;
- Atividades pedagógicas lúdicas na escola, direcionadas às crianças dos primeiros anos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- Leituras de artigos, publicações e livros que tratam sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente, indisciplina, violência e desinteresse escolar;

- Discussão de textos;
- Relatório das atividades;
- Conversar com diretores, coordenadores e professores das escolas para divulgar o NEDIJ e solicitar permissão para proferirmos as palestras e averiguarmos a contextualização histórica, social, educacional e cultural dos alunos das escolas que serão atendidas;
- Confeção de jogos pedagógicos com os alunos;
- Sistematização de todos os estudos e pesquisas com alunos e professores;
- Elaboração e publicação de artigos;
- Participação em palestras, seminários ou congressos relacionados ao tema oferecidas pela UNIOESTE e outras instituições.

Os recursos a serem utilizados:

- Slides;
- Data show;
- 20 Jogos de trilha (elaborados pelo NEDIJ sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente);
- 20 Jogos da memória (elaborados pelo NEDIJ sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente);
- Aparelho de som - pequeno;
- Caça palavra e jogo dos sete erros para brincarem em casa;
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Quanto à avaliação dar-se-á no decorrer das atividades, através de observações descritivas de todas as atividades realizadas pela equipe.

Nesse trabalho, além dos estudos, estão sendo realizadas entrevistas referentes ao cotidiano escolar relacionadas aos direitos contidos no ECA. Nas entrevistas feitas até o momento, constatou-se que a falta da disciplina, a violência e a falta de interesse são os principais problemas enfrentados na escola, os quais são enfatizados nas palestras conciliadas com os jogos pedagógicos (jogo da trilha, da memória, dos sete erros e caça palavras) todos elaborados e confeccionados pela equipe pedagógica do NEDIJ.

Até o momento o fator que mais nos chamou a atenção nas entrevistas foi a declaração dos professores em relação à violência, dizendo que não tinham conhecimento de atos violentos na escola. Porém, segundo as entrevistas realizadas com os alunos constatou-se que a

maioria deles já sofreu ou sofre algum tipo de violência na escola, seja física ou moral. Esses atos geralmente são praticados por alunos mais velhos e por motivos aparentemente banais. Ao questionarmos os professores sobre o que entendem por indisciplina, a maioria declarou que é o aluno que fala o tempo todo, que não para no lugar, faz bagunça na sala, mas, sempre enfatizando, que não tinham alunos com esses perfis e não tinham alunos indisciplinados na sala. Esta situação pode ser explicada pela razão dos professores omitirem as informações por se sentirem inseguros ao declararem que há indisciplina em sala de aula, pois muitos pensam que a indisciplina é uma falha do trabalho docente e que os demais profissionais podem considerá-lo incapaz e, por isso, preferem negar.

Mas será que o aluno indisciplinado é o aluno que não tem “sossego”, o aluno que fala o tempo todo, mas que participa das aulas e faz o que lhe foi proposto ou será que aluno indisciplinado é aquele que fica sentado o tempo todo, é apático, que não é percebido em sala de aula, não é participativo, não estuda e não faz as atividades propostas, ou se faz, faz de qualquer maneira?

Sendo assim, percebe-se a dificuldade em descrever o significado de indisciplina, que muitas vezes, está relacionada ao fato do aluno não estudar. Porém, isso pode estar ocorrendo devido à metodologia aplicada ou a diversos outros fatores, o que, conseqüentemente, fará com que este aluno perturbe a aula e os demais alunos. Nesse caso aconselha-se ao educador uma avaliação do seu trabalho, refletindo sobre o que pode fazer para melhorar a aprendizagem dos alunos, tornar as aulas mais atrativas/prazerosas e alcançar os objetivos educacionais. Com base nessa reflexão, o docente encontrará alternativas para melhorar o processo de ensino/aprendizado, relacionado com o contexto social, cultural e os valores que estão em constante mutação, fazendo necessárias adequações para cada situação.

Outro grande desafio dos educadores é garantir a permanência "de fato" do aluno na escola, pois além de ser um direito estabelecido por lei, se consegue conforme a qualidade do ensino ofertado. Fazer com que o aluno permaneça na escola e progrida quantitativa e qualitativamente nos estudos não é uma tarefa fácil, mas a escolaridade mínima e gratuita obrigatória é um direito de todo cidadão nascido neste país e desse princípio ético-político e legal, não se pode esquecer. Além disso, o cumprimento e a aplicação dos direitos contidos no ECA são os primeiros passos para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e harmoniosa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eva P. **A Influência da Mídia no Desenvolvimento Psicológico Infantil.**

Disponível em:

<<http://www.unicentro.br/proec/publicacoes/salao2008/artigos/Eva%20Pereira%20Andrade.pdf>> - acesso em 30 de abr. de 2009.

AQUINO, Julio Groppa. **A Indisciplina e a Escola Atual** - produzido pela FDE/SP, em 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011> - acesso em 19 de març. de 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Historia da Educação.** 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Moderna 1996.

BERLINER, Alain. V. S., Chris. Análise sociológica do filme: **Minha Vida em Cor-de-Rosa**, baseada nas teorias de Durkheim. Estúdio: Centre National de la Cinématographie (CNC). Distribuição: Sony Pictures Classics. Direção e roteiro: Alain Berliner. Disponível em: <<http://cine-reporter.blogspot.com/2006/09/minha-vida-em-cor-de-rosa-uma.html>> - acesso em 01 de abr. de 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia** / Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. – 13. ed. reform. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil.** Atual. Fev. 2007.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

BRASIL **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (Lei Nº 8.069 de 13/07/1990) Editora Atlas 7ª ed. 1997. São Paulo.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Direito da criança e do adolescente: direito fundamental à educação** / Luiz Antônio Miguel Ferreira. – Presidente Prudente, 2001.

GROSSI, Esther. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei nº 9.394/96. 3ª, Rio de Janeiro, DP& A, 2000.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova"** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp>> - acesso em 17 de març. 2009.

ROCHA, Andréa Pires. **A Instituição Escola na Sociedade Dividida em Classes: Uma Construção Histórica.** Disponível no site <http://www.ssrevista.uel.br/c_v6n2_andrea.htm>. Acesso em 28 de abr. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira:** estrutura e sistema. 7^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.